



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Governo quer distância da crise Prevent Senior

Depois do depoimento da advogada Bruna Morato, que atende médicos da Prevent Senior, os governistas da CPI vão trabalhar para separar as estações. A denúncia de distribuição do kit covid de forma obrigatória, sem a concordância dos médicos, é problema da empresa, e não do governo.

Aras está fora

A contar pelo que disse o presidente Jair Bolsonaro no programa Direto ao Ponto, da Jovem Pan, se o Senado rejeitar o nome de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal, haverá a indicação de outro evangélico para o cargo. Ou seja, a queda de braço entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre, não está resolvida.

Preço da carne não sobe...

Em outubro de 2020, o presidente da Associação Comercial das Indústrias Frigoríficas do Brasil (Acifrigo), Maurício Reis Lima, avisou aos brasileiros que o preço da carne iria subir. Agora, com a retomada, ele avisa que não há previsão de novos aumentos nesse setor.

Onde mora o perigo para Renan

Com ares de quem não deve nada à CPI da Pandemia, o empresário Luciano Hang chegará hoje para seu depoimento preparado para o ataque. Os próprios senadores já foram alertados que Hang, caso sintasse desrespeitado, está disposto a dizer que quem responde a inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de corrupção é o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL). Embora muitos desses inquéritos já tenham sido arquivados, há outros em andamento há anos.

Enquanto pré-candidato ao Senado, este depoimento de Hang vem sendo chamado pelos bolsonaristas como “um esquentar” para os futuros embates, caso o dono da Havan seja eleito.



MAURE

CURTIDAS

Prevent Senior na berlinda/ Diante do estarrecedor depoimento da advogada Bruna Morato, denunciando a Prevent Senior por coagir seus médicos a distribuir o kit covid com hidroxiquina, os clientes da Prevent Senior estão em pânico. Muitos já foram informados por quem entende desse mercado que dificilmente esse grupo sobreviverá depois da CPI. Não por acaso, alguns enviaram uma carta à comissão.

Jefferson Rudy/Agência Senado - 18/8/21



Muito além da CPI/ Interessada em seguir na política, a senadora Leila Barros (Cidadania-DF) segue o mesmo caminho que a tornou famosa no vôlei: treinamento. Está dedicada a um curso de ciência política.

Doutor Ulysses na fusão/ Mercado para 6 de outubro, justamente, o aniversário do “Senhor Constituinte” Ulysses Guimarães e um dia depois do aniversário da Constituição de 1988. Embora Ulysses tenha sido do MDB, a ideia é reforçar o famoso discurso de promulgação da Constituição, em que ele mencionou o “ódio e nojo” à ditadura.

Passado é passado/ Doutor Ulysses, porém, era um aliado que, em muitas oportunidades, fazia as vezes de adversário do PFL, antiga denominação do Democratas. Tanto é que, lá atrás, nos tempos da Aliança Democrática, os dois partidos viviam às turras.

Tráfego aéreo

Diante da perspectiva de nova onda de privatização dos aeroportos, cresce a expectativa de que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) finalmente finalize seu julgamento sobre condutas anticompetitivas no mercado de distribuição do combustível de aviação. O tema está em debate há quase sete anos. Em março, foram concluídas todas as etapas de estudos e pareceres dos demais órgãos. Há mais de seis meses, permanece parado à espera de agenda para julgamento. Empresas aéreas e agências reguladoras trabalham para que sejam criadas regras para maior competição nesse setor de distribuição.

...e também não baixa

A boa notícia que o consumidor esperava, porém, não virá. Salvo algum imprevisto em relação aos preços do mercado externo, não há previsão de uma alívio no valor da carne. “Os preços hoje estão equalizados”, diz.

Comunicado de recall aos proprietários dos veículos Tiguan R-Line

A Volkswagen do Brasil convoca os proprietários dos veículos Tiguan R-Line, ano modelo 2021, incluídos no intervalo abaixo relacionado de chassis não sequenciais, a contatar uma Concessionária Volkswagen para o agendamento do ajuste da posição das mangueiras de alimentação internas no tanque.

MODELO	ANO-MODELO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS
Tiguan R-Line	2021	MM041133 até MM133730

Data de fabricação dos veículos:
De 30/11/2020 a 1/6/2021.

Data do início do atendimento:
4/10/2021.

Local de agendamento e atendimento do serviço:
Rede de Concessionárias Volkswagen.

Componente envolvido:
Mangueiras de alimentação internas no tanque.

Razão técnica:
Foi constatada a possibilidade de indicação incorreta do nível de combustível no painel de instrumentos, devido ao posicionamento incorreto das mangueiras de alimentação internas no tanque.

Risco:
Possibilidade de pane seca repentina pela leitura incorreta da quantidade de combustível, causando risco de acidentes com danos materiais, danos físicos graves ou até mesmo fatais aos ocupantes e a terceiros.

Solução:
Ajuste da posição das mangueiras de alimentação internas no tanque.

Notificação:
Esse serviço é gratuito e o tempo de reparo estimado é de uma hora e trinta minutos.

Para melhor informar e atender os clientes, serão enviadas cartas aos proprietários dos veículos envolvidos nessa ação.

Para verificar se seu veículo está afetado nessa ação ou para informações adicionais, acesse o site www.vw.com.br ou consulte a Central de Relacionamento com Clientes pelo telefone **0800 019 8866**



Volkswagen do Brasil

SEGURANÇA

Ministério da Justiça atualiza Plano Nacional para tentar frear mortes violentas; país registrou 50 mil ocorrências no ano passado

Metas para reduzir índices de violência

» LUANA PATRIOLINO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atualizou o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. A pasta definiu prazos, indicadores, priorização e coordenação para cumprir as metas estabelecidas no documento. Ao todo, são 13 objetivos principais para atingir a redução dos índices de mortes violentas, da violência contra a mulher e para priorizar a atenção aos profissionais de segurança pública. O decreto deve ser publicado no *Diário Oficial da União*.

No Brasil, a violência é uma ferida exposta. De acordo com o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, editado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicado em julho, somente no ano passado, 50.033 pessoas foram vítimas de mortes violentas. As maiores taxas foram registradas no Ceará (45,2), na Bahia (44,9) e no Sergipe (42,6).

Segundo o ministério, ainda foram definidas prioridades para sua execução, por meio de 12 estratégias, que partem da otimização da gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social. O combate à corrupção, ao narcotráfico e às organizações criminosas também foi citado nos autos.

Durante o período de revisão, o plano passou por um processo de consulta pública com cerca de 1,4 mil contribuições da população e de órgãos públicos. “A atualização teve ampla participação da sociedade e das instituições, e representa mais um passo do go-

Polícia Federal/ Divulgação



Operação Hórus: reforço para barrar entrada de armas e munições no país

Atualização teve ampla participação da sociedade e das instituições, e representa mais um passo do governo federal rumo à transformação da segurança pública”

Anderson Torres,
ministro da Justiça

verno federal rumo à transformação da segurança pública do país”, disse o ministro da Justiça, Anderson Torres.

Com base no documento, as unidades da Federação deverão construir seus respectivos planos de segurança pública. A iniciativa e a revisão foram instituídas em dezembro de 2018, atendendo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e o que estabelece a Lei 13.675/2018 que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Sobre o plano

Criado em dezembro de 2018, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) é o principal instrumento legal de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei 13.675/18). Nele estão os objetivos, metas e ações estratégicas que devem ser observados e atingidos pelos entes federados (União, estados e municípios).